

PROPOSTA PEDAGÓGICA DA FORMAÇÃO GAEA SELECIONADA COMO BOAS PRÁTICAS PARA A CAPACITAÇÃO EM IGUALDADE DE GÊNERO PELA ONU MULHERES

PEDAGOGICAL APPROACH OF THE GAEA TRAINING, SELECTED AS GOOD PRACTICES OF TRAINING FOR GENDER EQUALITY BY THE UN WOMEN

**Áurea da Silva Garcia¹
Icléia Albuquerque de Vargas²**

Resumo: As questões socioambientais tornaram-se temas emergentes em diversos espaços e esferas de discussões, desde organismos internacionais, universidades às organizações não governamentais. Em 2007/2008 foi realizada uma pesquisa sobre participação social e cidadania, nos municípios da Bacia do Alto Paraguai (BAP), em Mato Grosso do Sul. Confirmando a pouca participação de representantes de comunidades nesses espaços, principalmente de mulheres, além da falta de ferramentas para a organização de projetos político pedagógico (PPP) e educação ambiental nas escolas e comunidades. A referida pesquisa desencadeou dois importantes processos, coordenados pela ONG Mulheres em Ação no Pantanal – Mupan: formação de multiplicadores em escolas brasileiras e paraguaias, buscando o fortalecimento de indivíduos e organização de coletivos; e a formação em gênero, água e educação ambiental. A construção da proposta pedagógica da Formação em Gênero, Água e Educação Ambiental (GAEA) partiu do pressuposto do pouco entendimento das discussões sobre igualdade de gênero, da pouca participação feminina nos espaços decisórios e a falta de ferramentas e materiais de apoio contextualizado para ações socioambientais. Utilizando metodologias participativas, a Formação GAEA foi ofertada como curso de extensão, na modalidade a distância, com duração de 180 horas, em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e apoio do Programa Aliança para os Ecossistemas (IUCN NL, WI e Both ENDS). A experiência e proposta pedagógica da Formação GAEA foi inscrita e selecionada pelo Centro de Capacitação da ONU Mulheres como boas práticas dado ao caráter inovador e ao potencial de replicabilidade (tema, público e localidade). Hoje, a experiência da Formação GAEA compõe o Compêndio de Boas Práticas em Capacitação para Igualdade de Gênero. O processo de seleção teve início em 2014. A publicação finalizada em abril de 2016, seguido do “Diálogo Virtual: compêndio de boas práticas no âmbito de capacitação para a igualdade de gênero”, nos meses de agosto e

¹ Turismóloga, Mestre e Doutoranda em Ensino de Ciências/Educação Ambiental, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Diretora Presidente da ONG Mulheres em Ação no Pantanal (Mupan). Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Gestão Ambiental (GEPEA-MS). E-mail: aureasgarcia@gmail.com

² Geógrafa, Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Professora do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências da UFMS. Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Gestão Ambiental (GEPEA-MS). E-mail: icleiavargas@yahoo.com.br

setembro de 2016, com fóruns na plataforma do Centro de Capacitação e webinar para a apresentação e intercâmbio das experiências. Assim, o presente trabalho apresenta esse percurso desde o processo de seleção às contribuições durante apresentação da experiência e intercâmbio entre as boas práticas.

Palavras-chave: Gênero. Água. Educação ambiental. ONU Mulheres.

Abstract: Socioenvironmental issues have become emerging areas of many spaces and spheres of discussion, from international organizations, universities, to non-governmental organizations. In 2007 and 2008, a research regarding social participation and citizenship, was carried out in the cities of the area of Bacia do Alto Paraguai (BAP), in Mato Grosso do Sul. The research confirmed the low involvement of representatives, specially female ones, of the local communities in these spaces, as well as the lack of supporting tools to the organization of political-pedagogical projects (PPP) and environmental education in schools and communities. The foregoing research has initiated two important processes, both headed by NGO Mulheres em Ação no Pantanal – Mupan: the training and formation of multipliers, in Brazilian and Paraguayan schools, in order to further strengthen individuals and the organization of local groups; and the graduation in gender, water and environmental education. The construction of the pedagogical Gender, Water and Environmental Education Training (GAEA) approach assumed the low understanding of discussions regarding gender equality, low feminine participation in the decision-making spaces and the lack of appropriate tools and contextualized support materials to socioenvironmental actions. The Training GAEA, by using participative methodologies, was offered as an 180 hours e-learning University Extension Course, in a partnership with the Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) and support of The Ecosystem Alliance (IUCN NL, WI and Both ENDS). The experience and pedagogical approach of Formação GAEA was subscribed by the replicability potential (theme, audience and location) and selected as good practices by the UN Women Training Centre. Currently, the experience of the Formação GAEA is part of the “Compendium of Good Practices in Training for Gender Equality”. The selection process started in 2014. The publication was finished on April, 2016, followed by the “Virtual Dialogue: Compendium of Good Practices in Training for Gender Equality”, on August and September, 2016, with forums in the platform of the UN Women Training Centre and webinar to the presentation and exchange of experiences. Therefore, the present work presents this journey from the selection process to the contributions given during the presentation of the experience and exchange between good practices.

Keys words: Gender. Water. Environmental education. UN Women.

Diálogos: gênero, água e educação ambiental

As questões socioambientais tornaram-se temas emergentes em diversos espaços e esferas de discussões, desde organismos internacionais como as agências de Organização das Nações Unidas (ONU) até as organizações governamentais; das universidades aos coletivos e não governamentais, os quais passaram a promover debates com apontamentos das

problemáticas socioambientais, bem como possíveis soluções. Alguns temas antecederam a criação da própria ONU, como por exemplo, direitos humanos, e outras contemporâneas como a tríade – gênero, água e educação ambiental.

Dentre as discussões internacionais, no âmbito da ONU, muitos desses temas se tornaram agendas com a criação de agências específicas para atender as metas e diretrizes de convenções e tratados firmados pelos países membros.

Neste sentido, a Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo 1972, apontou para a necessidade de superação da crise da água, educação e meio ambiente. Por sua vez, a Conferência de Tbilisi, em 1977, prescreve a educação ambiental com enfoque interdisciplinar, visando à participação com responsabilidade de todos – indivíduos e coletividade. Além disso, também a Conferência sobre a Água, Mar del Plata (1977), conferiu destaque para o uso eficiente e múltiplos dos recursos hídricos.

Enfim, o Congresso Internacional da UNESCO/PNUMA sobre Educação e Formação Ambiental – Moscou (1987), destacou a importância e necessidade de pesquisa e de formação em educação ambiental. Nesse mesmo ano, é publicado o Relatório da Comissão Brundtland – Nosso Futuro Comum, lançando o conceito de desenvolvimento sustentável.

Vale ressaltar o aparecimento de importantes marcos sobre gênero, no âmbito da ONU, tais como: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher ou Carta Internacional dos Direitos da Mulher (1979); Conferência Mundial da Mulher, Pequim (1995); e a criação da ONU Mulheres – Entidade da ONU para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (2010).

É importante lembrar que a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida por Rio-92, realizada no Rio de Janeiro (1992), destacou-se pela quantidade de discussões e documentos assinados, com lineamentos para a pluralidade, a universalidade, a equidade e diretos, como premissas para a efetivação de declarações, convenções e agendas, firmadas durante a Rio-92. É importante destacar, ainda outros resultados oriundos de eventos paralelos tais como: o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global; a Carta da Terra; e a Carta Brasileira para a Educação Ambiental.

Vista como um dos desdobramentos da Rio-92, a Declaração do Milênio da ONU (2000), embasou os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) como uma agenda

proativa, assinada por 191 países. Com oito grandes Objetivos, três deles, contemplam educação ambiental, gênero e água: Objetivo 2- Atingir o ensino básico universal; Objetivo 3- Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; e Objetivo 7- Garantir a sustentabilidade ambiental.

Visando a atualização, em 2015, a agenda (ODM) foi revista, ampliada e intitulada de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essa agenda com prazo até 2030 contém 17 objetivos, com 169 metas. No Objetivo 4, busca-se assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; no Objetivo 5, pretende-se alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; e finalmente no Objetivo 6, espera-se assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. Vale ressaltar que nessas agendas a tríade é transversal em praticamente todos os objetivos.

Preocupados com o assunto água, representantes de governos, de pesquisadores, da sociedade civil, de empresas e de organizações não governamentais, em 1995, criaram o Conselho Mundial da Água (WWC – *World Water Council*). Esse conselho é responsável pela realização do Fórum Mundial das Águas. Desde o início desse Conselho, temáticas como educação ambiental e gênero compõem a agenda de discussão. Inclusive, no 2º Fórum, realizado em Haia, Holanda (2000), foi criada a Aliança de Gênero e da Água (GWA – *Gender and Water Alliance*). Essa Aliança conta com a participação de organizações e pessoas ao redor do mundo, as quais buscam alternativas, discussões e ações, tendo como corrente a perspectiva de gênero no gerenciamento de recursos hídricos.

Por sua vez, a Conferência Internacional de Água Doce, realizada em Bonn (2001), destacou o enfoque da ampla participação e a necessidade de capacitação para profissionais de água e saneamento tendo como tema gênero e água.

Considerando a transversalidade da tríade, educação ambiental, gênero e água, no âmbito de discussões nacionais e internacionais – documentos e eventos esses temas estão presentes e são indissociáveis, perpassando, assim, as várias ciências e políticas.

Como o Brasil é signatário de vários documentos internacionais, são várias as iniciativas da nação para cumprir os compromissos assumidos. Vale ressaltar que, a jovialidade das políticas públicas com um enfoque mais humanístico e integrador, passa pelas recentes produções acadêmicas e técnicas, de forma dissociada de valor econômico e das

políticas setoriais. Por exemplo, antes da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) -, o tema água estava associado às políticas de energia.

A educação ambiental (EA) tem sido norteadora de vários processos para discussões e difusão de informações. Por sua vez, o campo da educação ambiental tem avançado de forma difusa e acelerada, apresentando uma multiplicidade de visões e consolidando-se em várias correntes, práticas e linhas de pesquisa, como um campo fértil, amplo, possibilitando e incentivando a reflexão a partir de diferentes perspectivas, tais como água e gênero.

Para a implementação dessas agendas, por exemplo, o aporte de iniciativas com linhas para a captação e investimentos, tais como a criação do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF – *Global Environment Facility*); a ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, organizada em 2010, a partir da fusão de vários escritórios, fundos e agendas - já trabalhavam com as perspectivas de gênero, tais como o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM – *United Nations Development Fund for Women*); além de outros organismos internacionais que apoiam a implementação dessas agendas.

Implementação de agendas no Pantanal

Nos adventos da aprovação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) – Lei 9.433/1997, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) iniciou articulações e obteve a aprovação do “Projeto GEF Pantanal/Alto Paraguai – Projeto Implementação de Práticas de Gerenciamento Integrado de Bacias Hidrográficas para o Pantanal e Bacia do Alto Paraguai”, contando com recursos do *GEF*, junto ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e Organização dos Estados Americanos (OEA), coordenado, inicialmente, pela Secretaria de Recursos Hídricos (SRH/MMA), e posteriormente, pela Agência Nacional de Águas (ANA).

No âmbito desse Projeto, foram executados 44 subprojetos em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, coordenados por instituições governamentais e não governamentais. Dentre esses, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul coordenou um subprojeto, voltado para o “Desenvolvimento Institucional dos Consórcios Intermunicipais”, tendo, como um dos componentes, o treinamento em “Questões de Gênero na Conservação do

Meio Ambiente”. Realizado em julho de 2000, na cidade de Pedro Gomes/MS, com a participação de mulheres pantaneiras – representantes de colônias de pescadores, de comunidades rurais, das áreas de saúde e de educação, da administração pública, dentre outras lideranças.

Na ocasião, emergiu entre as participantes a necessidade de organização e apoio mútuo, além da discussão sobre as questões socioambientais locais. Assim, surgiu a ONG Mulheres em Ação no Pantanal (MUPAN), primeira organização focada nas questões de gênero e água na Bacia do Alto Paraguai (BAP), em Mato Grosso do Sul.

Desde então, a Mupan tem se concentrado em capacitações e formações para o desenvolvimento de lideranças, buscando expandir a percepção, identidade e pertencimento, trabalhando com os temas geradores gênero e água, para a inserção e ampliação da participação de mulheres nos espaços decisórios e o empoderamento. Também a Mupan facilita plataformas e processos de aprendizagem de múltiplos atores, usando ferramentas de comunicação, permitindo assim às lideranças locais promover e multiplicar os debates relacionados a gênero e ao fortalecimento do papel feminino nos espaços de decisões. A organização em questão tem estabelecido parcerias com instituições nacionais e internacionais, para desenvolver pesquisas, formações, acesso à informação e apoio à implementação de grupos locais, sobretudo os relacionados às questões de gênero, água e educação ambiental.

Como mencionado, as discussões e as políticas voltadas para a tríade – gênero, água e educação ambiental, como enseja a sociedade, são contemporâneas, ainda em construção; registra-se pouco mais de 40 anos que esses temas fazem parte das mesmas têm passado a fazer parte das agendas governamentais, intergovernamentais e da sociedade civil, inclusive como estratégias para o enfrentamento de crises instaladas – política, econômica, ambiental, hídrica. A transversalidade dessa tríade tornou-se desafiadora, e no Pantanal materializou-se na “Formação em Gênero, Água e Educação Ambiental (GAEA)”, para atender demandas da região transfronteiriça – Brasil, Bolívia e Paraguai.

Essa Formação tem em sua base uma pesquisa, realizada nos anos de 2007 e 2008, sobre gênero e participação nos espaços de gestão de recursos hídricos (comitês, conselhos, grupos e executivo municipal) na BAP, em Mato Grosso do Sul. O público-alvo da pesquisa envolveu lideranças e gestores municipais e estaduais, que compunham espaços de discussão

e decisão sobre recursos hídricos. Foi constatada a inexpressiva participação de mulheres nos espaços de tomada de decisão, concluindo-se pela necessidade de formação específica para o fortalecimento da participação feminina, bem como, aporte e fomento para a organização de grupos locais, instrumentalização com ferramentas para o desenvolvimento de ações e produção de materiais de apoio a partir do contexto local.

Buscando atender essas demandas, foram delineadas duas linhas de ação. A primeira, consolidada com o Projeto “Fortalecimento das Políticas de Educação Ambiental para o Pantanal: o caso da Bacia Transfronteiriça do Rio Apa”, via edital do Programa de Subsídios aos Ecossistemas (EGP – *Ecosystem Grants Programme*), do Comitê Holandês da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN NL), executado entre 2008-2010, objetivando o fortalecimento de indivíduos e a organização de coletivos.

Esse projeto envolveu diretamente educadores, comunicadores e lideranças de sete municípios do Brasil e cinco municipalidades do Paraguai. Por meio de metodologias participativas, foram realizadas Oficinas de Educomunicação (comunicação popular) e de Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico (PPP) das Escolas; produção de duas edições da Revista Aguapé e de outros materiais paradidáticos. Além da organização do Grupo de Educadores Sem Fronteiras (GEASF) e do Coletivo Jovem Sem Fronteira, o qual conta com a participação de educadores/as e jovens de Bela Vista (BR) e Bella Vista Norte (PY).

A segunda linha de ação, constituiu no esboço de uma proposta para a formação em gênero, água e educação ambiental cujo objetivo era buscar apoio e promover informações e formações, visando à quebra de paradigmas hegemônicos que poderiam colocar a responsabilidade por deliberações e decisões fora do alcance das mulheres, e assim equilibrar os processos decisórios.

Nesse sentido, na sua gênese, a Formação GAEA é um dos resultados da pesquisa “Fortalecimento da Participação Social e o Contexto de Gênero para o Gerenciamento de Recursos Hídricos – Participação e Cidadania na Bacia do Alto Paraguai (BAP)”, realizada pela Mupan nos anos de 2007 e 2008.

Proposta pedagógica da formação GAEA

A Formação em Gênero, Água e Educação Ambiental (GAEA), no âmbito do projeto “Formação de Multiplicadores para a Incorporação de Gênero no Gerenciamento de Recursos Hídricos e Educação Ambiental”, coordenado pela ONG Mulheres em Ação no Pantanal (Mupan), foi aprovado em 2012, pelo Programa Aliança para os Ecossistemas (IUCN NL, *Wetlands International/WI* e *Both ENDS*) e parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), tornou-se uma importante referência para a capacitação em igualdade de gênero.

A Formação GAEA destinou-se às lideranças envolvidas nas políticas públicas, com o objetivo de partilhar conceitos para a expansão da participação das mulheres nos espaços de discussão e decisão, buscando a igualdade de gênero e oportunidades de participação na gestão das águas.

No âmbito local, a UFMS foi a principal parceira e fundamental para a concretização da Formação GAEA, possibilitando a ampliação de vagas, das 100 previstas inicialmente para o público da BAP, aumentando para 150 vagas, estendendo a ação para outras localidades de Mato Grosso do Sul, bem como de outros estados (Alagoas, Distrito Federal, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco e São Paulo). Possibilitou, ainda, o uso da plataforma de educação a distância (*Moodle*); disponibilizou espaços para reuniões e encontros; bolsistas; materiais de divulgação e certificação como Curso de Extensão Universitária.

O processo de seleção para as 150 vagas, ofertadas, teve uma procura significativa, alcançando 399 inscritos. O curso foi organizado em 180 horas de duração, distribuído em sete módulos. Foram cinco módulos com duração de 30 horas cada, e dois com 15 horas, totalizando 180 horas/aula, com duração de nove meses.

Para cada módulo, foram preparados materiais inéditos, bem como artigos e relatos de experiências, elaborados por convidados de instituições públicas e ONGs. Também foram disponibilizados materiais de apoio quer sejam: vídeos, textos, tutoriais e livros, de maneira que os cursistas se familiarizassem com as temáticas. Em todos os materiais disponibilizados e atividades propostas, independente do tema, buscou-se provocar reflexões sobre a igualdade e equidade de gênero.

No primeiro módulo, buscou-se o nivelamento dos cursistas em relação às ferramentas de Educação a Distância (EaD), fundamental para o grupo, já que 36 cursistas estavam vivenciando o primeiro contato com o ambiente virtual.

No segundo módulo, Educomunicação, os cursistas obtiveram informações sistematizadas sobre a comunicação popular, ou seja, o uso de diferentes ferramentas de comunicação quer sejam: redes sociais, fotos reportagem, vídeos reportagem, elaboração de textos, conhecendo assim, ferramentas para desenvolverem as suas atividades práticas – intervenções nas comunidades.

O terceiro módulo versou sobre a temática Água. Os cursistas tiveram contato com os marcos legais para o gerenciamento de recursos hídricos no Brasil e em Mato Grosso do Sul, e ainda, foi trabalhada a importância da água como elemento vital.

Para o quarto módulo, Educação Ambiental, o material foi preparado para que os cursistas se aproximassem e se envolvessem com as temáticas nas suas comunidades e pudessem ampliar sua participação local.

O quinto módulo foi sobre a constituição e experiências sobre organização de coletivos locais. Já o penúltimo módulo foi sobre Gênero, com a apresentação dos principais motivos de se trabalhar a temática de gênero nos espaços constituídos, de forma a ampliar a participação de mulheres nas comunidades, reduzindo assim, a distância da participação de homens e mulheres nos processos de deliberação e decisão.

O sétimo módulo veio convergir com a sistematização de conhecimento, ou seja, os cursistas tiveram a oportunidade de refletir sobre o processo de aprendizagem, registrando as suas experiências e suas intervenções. No percurso da formação, foi enfatizada a importância da participação nos espaços constituídos, assim como das intervenções, conforme cada experiência vivida. Foram diversas temáticas trabalhadas por eles, tornando-as base para a elaboração dos relatos de experiências como políticas de saneamento, de resíduos sólidos, de recursos hídricos, de educação, organização comunitária, bens públicos, áreas de conservação, entre outros.

Além das 180 horas de curso a distância, foi realizado um Encontro de Encerramento, em Campo Grande (maio de 2014). Esse encontro contou com a participação de 39 cursistas, além de colaboradores: professores conteudistas, ofertantes de relatos de experiência, equipe de coordenação e tutoria, além de lideranças convidadas. O encontro proporcionou momentos

de aproximação, de diálogo, de interação e de avaliação do percurso – fortalezas e oportunidades, fraquezas e ameaças -, além de contribuições para dar continuidade ao processo de formação, e até mesmo as ferramentas para as comunicações dos egressos.

A proposta pedagógica do curso buscou desenvolver habilidades, aguçando assim, a curiosidade dos cursistas a partir de metodologias participativas. Para cada atividade, foi proposta a reflexão-ação-reflexão, envolvendo os cursistas junto as suas comunidades, realizando intervenções. A proposta pretendeu atender as políticas públicas de educação e de meio ambiente para a inclusão de temas transversais (gênero e educação ambiental) nos espaços de constituídos, principalmente para a gestão das águas.

Desde o delineamento do projeto político pedagógico (PPP) ao aporte de materiais teóricos, de apoio e de relatos de experiências, buscou-se construir uma proposta pedagógica coletiva e inovadora. A construção contou com uma equipe multidisciplinar – mais de 30 voluntários de universidades, de órgãos públicos, de ONGs e de coletivos locais, os quais também compartilharam as suas experiências.

O monitoramento e avaliação deram-se a partir de observações e considerações dos cursistas, a partir de instrumentos de coleta (formulários eletrônicos) durante os módulos, análise dos relatos de experiências – último módulo e atividade do curso, bem como, durante o encontro presencial. As avaliações foram de extrema importância, principalmente para que a equipe de coordenação e responsáveis pelo PPP pudesse contemplar, na, revisão alternativas para atender as demandas e buscar outros caminhos. Vale ressaltar, que se seguiram os princípios de metodologia participativa, o monitoramento e avaliação de PPP, bem como, o percurso da formação. As avaliações foram sistêmicas e contínua, trazendo à tona novos desafios.

Boas práticas

Como apresentado anteriormente, a temática gênero, no âmbito da Organização das Nações Unidas, está ancorada na ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres (*United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women*). E conta com o Centro de Capacitação, o qual se dedica à capacitação e à aprendizagem de forma a promover a igualdade de gênero, o

empoderamento e os direitos das mulheres. Dentre as iniciativas do Centro, estão a compilação e difusão de informações.

Por sua vez, o “Compêndio de Boas Práticas em Capacitação para a Igualdade de Gênero” reúne práticas de várias regiões do mundo, com apresentação e análise, buscando identificar o potencial transformador para a igualdade de gênero. O Compêndio é uma resposta à "Formação para a Igualdade de Gêneros: vinte anos depois", e tem como base a Plataforma de Ação de Pequim (1995) e seus desdobramentos, até os dias atuais.

O processo de seleção das Boas Práticas, coordenado por uma equipe do Centro de Capacitação da ONU Mulheres, iniciou-se em 2014, com divulgação da chamada pública, recebimento de 12 propostas para primeira análise, seguido de contatos com os responsáveis por cada prática com a realização de entrevistas e questionários para a elucidação das experiências. Dessas, foram selecionadas dez experiências, observando-se ferramentas, atividades, exemplos e desafios nos processos de capacitação para a igualdade de gênero, dentre elas, a Formação GAEA.

O Compêndio aconteceu com a seleção e pesquisa sobre práticas e a síntese e análise dessas práticas, sendo observados alguns critérios como: significado; impacto mensurável; potencial de replicação; a inovação, a criatividade e originalidade; sustentabilidade; integração no trabalho e processos convencionais; eficácia e eficiência na obtenção de resultados; relevância social; parcerias; e reforço da capacidade dos parceiros locais para o empoderamento e igualdade.

Na publicação, o Compêndio fornece uma revisão analítica do processo de pesquisa e descobertas de cada uma das experiências. Das boas práticas selecionadas, destacam-se as metodologias participativas, que buscam o envolvimento direto do público-alvo, provocando reflexões durante o processo de capacitação ou formação. Das práticas registradas, buscou-se, também, identificar as contribuições individuais, institucionais e sociais, a partir de entrevistas para o registro das percepções, tanto da equipe envolvida, quanto de egressos dos processos de capacitação das práticas selecionadas.

Durante as entrevistas e contatos, entre as consultoras responsáveis pela sistematização das práticas e equipe das instituições participantes do processo de seleção, buscou-se identificar aspectos potenciais da replicabilidade das metodologias em capacitação para a igualdade de gênero.

No geral, foram realizadas reflexões a partir de perguntas orientadoras quanto às políticas e práticas para a capacitação em igualdade de gênero. Para as políticas observaram-se a diversidade das capacitações; a importância da teoria de gênero; inserção de treinamento em projetos de longo prazo; orçamentos. Em termos das práticas, observaram os seguintes aspectos: planejamento participativo e aprendizagem; equilíbrio entre teoria e prática; contexto local; características de facilitação; metodologias e métodos de aprendizagem; e monitoramento e avaliação.

Dessa forma, o Compêndio oferece uma reflexão crítica sobre cada prática em termos da sua contribuição para o conhecimento sobre a formação para a igualdade de gênero.

Outro importante momento no processo de aprendizagem sobre as boas práticas foram as apresentações e os intercâmbios durante o “Diálogo Virtual: compêndio de boas práticas no âmbito de capacitação para a igualdade de gênero”, nos meses de agosto e setembro de 2016, e com fóruns na plataforma do Centro de Capacitação e webinar (palestra ou seminário transmitido ao vivo).

Os fóruns foram disponibilizados durante três semanas com elaboração de perguntas orientadoras, com a participação direta de representantes do Centro de Capacitação e das práticas selecionadas.

Para a primeira semana dos fóruns, foram disponibilizadas perguntas orientadoras sobre o que é uma boa prática de formação em igualdade de gênero e os critérios adotados por cada prática selecionada. A partir dessas perguntas, foi possível refletir e identificar que as atividades da Formação GAEA despertaram e envolveram mulheres e homens sobre igualdade de gênero, desde a concepção da proposta pedagógica à execução do curso em si. Considerando que a conceituação de gênero ainda é pouco difundida, iniciativas estratégicas, metodologias inclusivas, transversalidade do tema, ampliação do conhecimento e impacto nas comunidades são imprescindíveis nas capacitações que almejam a igualdade de gênero.

Como contribuição da Formação GAEA, a estruturação dos módulos foi feita a partir dos seguintes temas geradores: comunicação popular, água, educação ambiental e coletivos, transversalmente as discussões sobre gênero, tanto durante a produção e seleção dos materiais, quanto a proposição de atividades (tarefas).

Como diferencial, houve incentivo à reflexão-ação-reflexão sobre as temáticas, ou seja, a partir do acesso aos conteúdos, elaborou-se uma proposta de intervenção, tendo como

ponto de partida o contexto local, e novamente uma reflexão sobre suas práticas diárias. E ainda, provocações para que os cursistas observassem em suas práticas cotidianas questões pertinentes à igualdade de gênero, bem como a importância desse tema nos espaços já constituídos – conselhos, comissões e grupos de trabalho da área da saúde, da educação, de meio ambiente, ou mesmo nas escolas ou comunidades. Essa reflexão-ação-reflexão – teorias, pesquisas e práticas -, incentiva os participantes a perceberem o seu espaço como oportunidade, e buscarem estratégias para o enfrentamento de questões socioambiental que afligem as comunidades.

A segunda semana de discussão deu-se em torno de questões relacionadas ao monitoramento e à avaliação dos processos de capacitação. Considerando que a Formação GAEA tem como base o projeto político pedagógico (PPP), o qual foi construído coletivamente por uma equipe multidisciplinar, o monitoramento e a avaliação foram sistemáticos e contínuos.

Como contribuições, na ocasião das primeiras avaliações, ainda no processo de seleção dos cursistas, ficou claro que a modalidade de ensino a distância restringe a participação de algumas lideranças devido à dificuldade de acesso à internet. A partir disso, estruturou-se a formação em oficinas (modular), disponibilizaram-se materiais impressos e digitais disponíveis no site (www.gaea.inf.br). Dessa forma, a formação pode ser realizada junto às comunidades que ainda não têm acesso à internet.

Para as atividades propostas na avaliação formativa, observou-se uma aprendizagem significativa a partir do contexto local de cada cursista, para ampliar a autonomia, o pertencimento e o protagonismo socioambiental dos mesmos.

Das avaliações sobre o percurso dos cursistas, observou-se a utilização de instrumentos de coleta, dos relatos de experiências, de entrevistas e do encontro presencial. Para a maioria dos cursistas, foi o primeiro contato com a temática gênero, e eles relataram que se tornaram críticos em seu cotidiano, observando, discutindo e buscando inserir as questões abordadas durante o curso, nos espaços que atuam – discussão e decisão, profissionais, familiares e comunitário.

Durante o Diálogo Virtual (webinário), um em inglês e o outro em espanhol, os responsáveis pelas experiências selecionadas tiveram a oportunidade de apresentar um rápido panorama sobre suas práticas, os desafios e as oportunidades, e os vínculos entre as práticas –

a pesquisa e a teoria. As gravações dos webinários estão disponíveis no YouTube, (<https://www.youtube.com/watch?v=xWuJfC9apo0>), e (<https://www.youtube.com/watch?v=jThf0uNPCNg>).

Quanto à proposta pedagógica da Formação GAEA, ofereceu-se como contribuição, o acesso a diferentes locais – educação a distância; metodologias participativas e reflexão-ação-reflexão; acesso às teorias; ativismo socioambiental com a instrumentalização dos participantes para o uso de ferramentas de comunicação (produção de vídeos e notícias, divulgação em redes sociais e outros canais); pesquisa, aproximação e intervenção junto as comunidades; empoderamento das mulheres para participarem de espaços de discussão e decisão, e que os homens compreendam a importância da participação da mulheres, e maior sensibilização para as questões de gênero, alcançando, assim, a igualdade de gênero.

Os diálogos contaram mais de 200 participantes, os quais puderam enviar perguntas ao vivo, direcionadas aos palestrantes. Os questionamentos e contribuições foram incorporados aos fóruns, sendo debatidos posteriormente.

Nas perguntas orientadoras da terceira semana, somaram-se esses questionamentos e contribuições, com destaque para ampliação de capacitações para a igualdade de gênero, intercâmbio e promoção do conhecimento entre as organizações envolvidas.

Das contribuições do processo da Formação GAEA, o uso do ensino a distância, com enfoque para a aprendizagem significativa, com o qual os cursistas têm maior contato com suas realidades, refletindo sobre o cotidiano. O potencial de replicabilidade fortaleceu-se a partir da aproximação e contribuições das outras práticas.

Todo o processo de discussão da experiência da Formação GAEA, tais como contribuições para o Compêndio, fóruns e webinário, nos permite afirmar que alguns temas, hoje tratados transversalmente, como igualdade de gênero, devem ser explicitados nos diversos espaços de discussão e tomadas de decisão.

Em 2017, o Centro de Capacitação iniciou o monitoramento das Boas Práticas selecionadas, mantendo contato com a coordenação da proposta, com o objetivo de agregar à segunda edição do Compêndio, as contribuições, impactos e desdobramentos a partir do processo de seleção.

Outros desafios

A partir do encerramento do curso e elaboração de relatórios, iniciou-se a reestruturação da proposta pedagógica, em busca de novos desafios, com base no monitoramento e avaliações. Isso contribuiu para o envio da proposta pedagógica da Formação GAEA para o processo de seleção do Centro de Capacitação da ONU Mulheres.

A partir da proposta pedagógica, discussões, contribuições, monitoramento e avaliação, desde a construção do PPP, o curso, o processo seletivo, como boas práticas para a sistematização do Compêndio e Diálogo Virtual, aclarou o caráter participativo e inovador, com potencial de replicabilidade, bem como a formação de formadores, em outras regiões do Brasil e América Latina e Caribe, para que construam a proposta pedagógica voltada para a sua realidade – tema, duração, público, bioma, entre outros.

Considerando a limitação de recursos, não foram ofertados outros cursos no formato de educação a distância, entretanto, a oferta de módulos individuais de curta duração com a realização de oficinas – 48 horas, bem como palestras e relatos de experiência em eventos nacionais e internacionais.

A partir de articulações da Mupan, somadas às Boas Práticas, hoje a instituição tornou-se responsável pela articulação e realização do processo de formação de formadores no âmbito do Programa Mulheres 2030 (*Women2030*) no Brasil. Serão desenvolvidas atividades para o fortalecimento de capacidades e ações de incidência para a promoção e incorporação da perspectiva de gênero na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O Programa está sendo viabilizado a partir de um consórcio entre a Aliança do Gênero e da Água (GWA – *Gender and Water Alliance*), a Coalização Global pelas Florestas (GFC – *Global Forest Coalition*), as Mulheres Envolvidas com o Futuro Comum (WECF – *Women Engage for a Common Future*), os Princípios de Empoderamento de Mulheres (WEP – *Women's Empowerment Principles*); e o Fórum Ásia-Pacífico sobre Mulheres, Direito e Desenvolvimento (APWLD – *Asia Pacific Forum on Women, Law and Development*), o qual conta com apoio da Comissão Europeia. O Programa envolve 52 países em todos os continentes, sendo que na América Latina são: Bolívia, Paraguai, Chile, Colômbia, Panamá e México, além do Brasil.

Como primeira atividade do Programa Mulheres 2030 – Brasil, em setembro de 2017, foi realizada em Campo Grande, a “Oficina Nacional para o Desenvolvimento de Estratégias e Planos para a Implementação dos ODS Sensíveis a Gênero” com objetivo de compartilhar e promover o intercâmbio com as participantes, suas opiniões sobre os avanços, conquistas, necessidades, estratégias e planos para a implementação ODS sensíveis a gênero, no Brasil e em especial, na região transfronteiriça com Bolívia e Paraguai.

Recentemente, em outubro de 2017, em Santiago (Chile), a Formação GAEA foi tema da conferência “*Cosecha de Agua – Género, Agua y Educación Ambiental: perspectivas y cuidados con los recursos naturales y modos de vida*”, no Seminário Internacional: *Mujeres Latinoamericanas en la Conservación de la Biodiversidad*, além de *Intercambio de Experiencias de la Iniciativa de Resiliencia de Conservación Comunitaria (CCRI) y Capacitación sobre Medios de Comunicación-Programa Women2030*.

Ainda em outubro de 2017, realizou-se a participação na Oficina “Construindo uma agenda de Água e Gênero para o Brasil e para a América Latina”, com objetivo de reunir pessoas que tenham capacidade e interesse para contribuir na formulação de propostas de incorporação da agenda de Gênero na gestão das águas no Brasil, inspiradas também por experiências internacionais que possam ser aplicadas na realidade brasileira. Realizada em Brasília, pela Agência Nacional de Águas (ANA) em parceria com a Unesco, a oficina é uma etapa preparatória do 8º Fórum Mundial da Água, a ser realizado em Brasília, em 2018.

Como um dos maiores desafios, o processo formativo tornou-se tema de tese do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, área de concentração em Educação Ambiental, Doutorado da UFMS – 2017 a 2020. A pesquisa intitulada “Estudo Analítico da Formação Gênero, Água e Educação Ambiental, como Boas Práticas da ONU Mulheres”, objetivando analisar o alcance da proposta pedagógica da Formação em Gênero, Água e Educação Ambiental (GAEA), âmbito internacional, a partir de contribuições emersas durante o processo de seleção (2014-2016) do Centro de Capacitação para a Igualdade de Gênero da ONU Mulheres.

Referências

ANA. 7.4/MS – **Desenvolvimento institucional dos consórcios intermunicipais. Projeto GEF Pantanal/Alto Paraguai.** Agência Nacional de Águas. Disponível em:

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

http://www.ana.gov.br/gefap/arquivos/Subprojeto_7.4_MS_Resumo_Executivo.pdf. Acesso em: set/2017.

GARCIA, Á. S. Fortalecimento da Participação Social e o Contexto de Gênero para o Gerenciamento de Recursos Hídricos participação e cidadania na BAP. In **II Seminário internacional América Platina**. Campo Grande: UFMS, 2008.

GARCIA, Á. S., VARGAS, I. A. Formação em Gênero, Água e Educação Ambiental para o fortalecimento de Educadores/as Ambientais no Pantanal Mato-Grossense. In **Seminário Internacional América Platina**. Dourados: UFGD. 2014.

GARCIA, Á. S.; ZERLOTTI, P. H. (org); **GAEA – Gênero, água, educação ambiental**. Campo Grande: Mupan, 2015. 140 p. ISBN 978-85-69786-00-9. Disponível em: www.gaea.inf.br. Acesso em: set/2017.

UN WOMEN. **Compendium of Good Practices in Training for Gender Equality**. *UN Women Training Centre*. Disponível em: <https://trainingcentre.unwomen.org/?lang=en>. Acesso em: set/2017.

ONU. **Organizações das Nações Unidas no Brasil**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: set/2017.